

“ANEXO III”



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

(MINUTA)

TERMO DE CONTRATO N.º xxx/2019

Processo Administrativo nº 23205.004107/2018-63

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2018

**TERMO DE CONTRATO n.º xxx/2019 QUE
CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS E A
EMPRESA**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS**, com sede na Avenida Fernando Machado, Nº 108E, na Cidade de Chapecó - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.234.780/0001-50, neste ato representada pelo Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura **PÉRICLES LUIZ BRUSTOLIN**, nomeado pela Portaria nº 209/GR/UFFS/2013 de 12 de Março de 2013, publicada no D.O.U de 13 de Março de 2013, inscrito no CPF nº 950.605.969-15, portador da carteira de identidade nº 2997109 - SSP/SC, doravante denominada **CONCEDENTE**, e a Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na, na Cidade de, doravante designada **CONCESSIONÁRIA**, neste ato representada pelo Sr(a)., portador(a) da Cédula de Identidade nº, expedida pela e CPF nº, tendo em vista o que consta no **Processo nº 23205.000154/2018-38** e em observância às disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação correlata aplicável, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 66/2018**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Contrato origina-se do Pregão Eletrônico nº **66/2018** que tem por objeto a **Concessão administrativa de uso, a título oneroso, de um espaço físico localizado na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Laranjeiras do Sul, à empresa especializada na exploração**

comercial de serviços de Cantina, para fornecimento de lanches, sucos, bebidas elaboradas ou industrializadas, e outros produtos inerentes ao ramo, sob o critério de menor preço ofertado por lote.

1.2. O detalhamento da Cesta de Produtos consta no “item 3” do Termo de Referência.

1.3. A concessão onerosa refere-se a exploração de área de aproximada de 70,93 m² (conforme Laudo de Avaliação Imobiliária – Anexo II do Edital do PE Nº66/2018) da Universidade Federal da Fronteira Sul no *Campus* Laranjeiras do Sul, na Sede, localizada na BR 158, km 405 + 700m, Cidade de Laranjeiras do Sul/PR.

1.4. A concessão inclui a responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** em fornecer lanches aos estudantes, servidores, colaboradores e ao contingente considerável de pessoas que trafegam nessas dependências e, também, o fornecimento de lanches sob encomenda e às despesas da Universidade.

1.5. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº **66/2018**, identificado no preâmbulo, com seus anexos e a proposta da **CONCESSIONÁRIA**, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - BASE LEGAL

2.1. Escuda-se o presente contrato nas disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e neste Edital.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO REAJUSTE

3.1. O valor total do contrato, para a concessão de uso, pelo período de 12 meses, do Objeto do Pregão Eletrônico nº 66/2018 é de: R\$xxxxxxxxxx.

3.2. O valor total da Cesta de Produtos, que foi utilizado como critério de adjudicação perfaz o montante de R\$ XX,XXX, conforme detalhamento abaixo:

| CESTA DE PRODUTOS – LOTE 01 | | | |
|------------------------------------|--------------------------------|--|------------------------------------|
| Item | Produto | Especificação | Valor máximo unitário (R\$) |
| 01 | Café preto | 200 ml. | R\$ |
| 02 | Café com leite | 200 ml. | R\$ |
| 03 | Água sem gás | Embalagem com 500 ml. | R\$ |
| 04 | Refrigerante lata | Embalagem com, no mínimo, 350 ml, diversos sabores – versão normal e diet. | R\$ |
| 05 | Suco de fruta natural ou polpa | Suco natural, tipo “néctar” (no mínimo 30% de polpa ou fruta). Fornecido com, no mínimo, 300 ml. No mínimo um sabor diariamente, devendo ser feita alteração de sabores periodicamente. | R\$ |
| 06 | Misto quente | Pão de forma tradicional ou francês, com no mínimo 1 fatia de presunto e 1 de queijo. | R\$ |
| 07 | Sanduíche natural | Pão fatiado (branco ou integral) (50g), com recheios diversos, como por exemplo: frango desfiado, peito de peru, atum ou presunto (20g), queijo (20g), alface (15g) e tomate (20g). Não utilizar maionese. | R\$ |
| 08 | Pastel frito | Pastel frito com recheios diversos (mínimo 80g). | R\$ |
| 09 | Pão de queijo | No mínimo 80 g. | R\$ |
| 10 | Pastel assado | Massa assada com recheios diversos (mínimo 80 g). | R\$ |

| | | | |
|---------------------|------------------|--|-----|
| 11 | Salada de frutas | Embalagem de 300 ml, com no mínimo 4 tipos de frutas. | R\$ |
| 12 | Bolo simples | Fatia de no mínimo 100g, com ou sem cobertura. Sabores diversos, de acordo com demanda do público. | R\$ |
| VALOR TOTAL DO LOTE | | | R\$ |

3.3. A **CONCESSIONÁRIA**, a título de contraprestação, pagará a **CONCEDENTE** o valor mensal de R\$ 976,00 (novecentos e setenta e seis reais) pela utilização do espaço físico destinado a Cantina, acrescido do valor de R\$ 62,24 (sessenta e dois reais e vinte e quatro centavos) pela água e esgoto, acrescidos do valor correspondente à indenização do consumo de energia elétrica, ambos recolhidos por meio de Guia de Recolhimento da União que será emitido em nome da **CONCESSIONÁRIA**.

3.4. Além dos produtos relacionados no item **3.2.** deste Contrato, a **CONCESSIONÁRIA** poderá comercializar outros tipos/sabores de lanches e produtos de bomboniere, como salgadinhos, chocolates, balas, sorvetes, gomas de mascar, entre outros; e deve colocar à disposição do usuário, sem cobrança adicional, açúcar, adoçante, maionese e ketchup, guardanapo, canudos, embalagens descartáveis para lanche, copo e colher plástica;

3.4. Os custos com gás e energia elétrica serão de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**.

3.4.1 O gás será providenciado pela própria concessionária, enquanto que os custos de energia elétrica serão mensurados pela Universidade Federal da Fronteira Sul – FISCALIZAÇÃO - e cobrados mensalmente da **CONCESSIONÁRIA**, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, que deverá ser quitada até o segundo dia útil do mês subsequente ao vencido.

3.5. O valor da contraprestação correspondente a utilização do espaço físico e o valor da Cesta de Produtos serão reajustados anualmente, caso haja interesse na renovação contratual entre ambas as partes, tendo como base os índices de reajuste do IGP-M (FGV).

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO

4.1. Pelo uso do espaço, a Concessionária pagará mensalmente, e de forma antecipada a UFFS, até o 2º (segundo) dia útil do mês corrente, sendo o primeiro pagamento na data da assinatura do Contrato de Concessão de Uso, mediante Guia de Recolhimento da União – GRU, o valor mensal de R\$ 976,00 (novecentos e setenta e seis reais) pela utilização do espaço físico destinado a Cantina, acrescido do valor de R\$ 62,24 (sessenta e dois reais e vinte e quatro centavos) pela água e esgoto.

4.2. Será acrescido ao valor do aluguel, em caso de eventual não cumprimento das obrigações previstas no “Encarte B” do Termo de Referência – Planilhas de ocorrência, considerado parâmetros de tolerância anuais, os percentuais abaixo:

| PLANILHA DE OCORRÊNCIAS | | | |
|--------------------------------------|--------------------------------|------------|----------------|
| Campus: Laranjeiras do Sul/PR | | | |
| Item | Ocorrência | Tolerância | % de acréscimo |
| 1 | Mesas com lixo | 2 | 1% |
| 2 | Área física sem devida limpeza | 2 | 1,5% |

| | | | |
|----|---|---|--------------------|
| 3 | Equipamentos sem devida limpeza | 2 | 1,5% |
| 4 | Ausência de desinsetização e desratização semestral | 2 | 1% |
| 5 | Presença de vetores e pragas urbanas na cantina | 1 | 1,5% |
| 6 | Funcionários sem uniforme completo | 2 | 1% por funcionário |
| 7 | Alimentos conservados incorretamente | 2 | 1,5% |
| 8 | Alimentos fora do prazo de validade tanto na preparação quanto na venda | 1 | 2% por produto |
| 9 | Alimentos apresentando materiais estranhos, insetos ou pragas em seu interior | 1 | 4% por item |
| 10 | Aumento de preços dos itens obrigatórios sem a devida aprovação da UFFS | 1 | 2% |

4.3. A Concessionária deverá entregar para a UFFS, até o segundo dia útil subsequente ao vencimento da Guia de Recolhimento da União-GRU, o comprovante de pagamento de energia elétrica consumida no mês anterior.

4.4. A ocorrência de atraso não justificado no pagamento da fatura mensal de energia elétrica e / ou do uso do espaço, poderá implicar na rescisão da concessão, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

4.5. Os pagamentos serão devidos a partir da data de início das atividades.

4.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONCESSIONÁRIA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

4.7. Nos meses de recesso acadêmico integral ou outros que paralise as atividades na Universidade (greve, por exemplo), será cobrado 50% do valor do aluguel do referido mês. Em períodos de recesso parcial será cobrado 75% do aluguel devido.

4.7.1. O requerimento para redução do valor deverá ser entregue à **CONCEDENTE** que analisará os fatos e os fundamentos do pedido, opinando pelo deferimento ou indeferimento do mesmo.

4.7.2. Caso seja indeferido o requerimento, a GRU tratada será emitida com o valor nominal do contrato. Sendo deferido o requerimento, a GRU tratada será emitida com o valor obtido pela regra do “**item 4.7**”.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO INÍCIO DAS ATIVIDADES

5.1. O prazo para **CONCESSIONÁRIA** iniciar as atividades da Cantina com atendimento à Comunidade Acadêmica é de **15 (quinze) dias corridos**, contados da assinatura do Termo de Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

6.1. Quanto aos horários de funcionamento, a **CONCESSIONÁRIA** deverá atender ao disposto no item 7 do Termo de Referência (Anexo I) do Edital nº 66/2018.

6.1.1. Os serviços da cantina serão prestados à comunidade acadêmica de forma contínua e ininterrupta, salvo por motivo de feriados, dias não letivos e outros dias sujeitos a prévia autorização da **CONCEDENTE**.

6.1.2. Os dias e horários de funcionamento somente poderão ser alterados mediante autorização da **CONCEDENTE**.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1. Os atos praticados pela **CONCESSIONÁRIA** bem como os serviços comercializados por ela, serão objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da UFFS, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 8.666, de 1993.

7.2. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o andamento do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da Administração deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

7.4. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** e nem confere à **CONCEDENTE**, responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos causados.

7.5. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da **CONCEDENTE**, encarregado da fiscalização do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONCESSIONÁRIA**, ou na impossibilidade, justificadas por escrito.

7.6. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

7.7. O representante da **CONCESSIONÁRIA** deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze meses), podendo ser prorrogado por iguais períodos, nas hipóteses previstas no Inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, por período não superior a 60 (sessenta meses), desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) A Administração mantenha interesse na contratação;

c) O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

d) A **CONCESSIONÁRIA** manifeste expressamente interesse na prorrogação.

8.2. A **CONCESSIONÁRIA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

8.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

8.4. A **CONCESSIONÁRIA** deverá manifestar-se documentalmente a respeito do interesse de prorrogar ou não o contrato até 90 (noventa) dias antes do término do mesmo.

8.5. O término do prazo de vigência deste contrato não afetará direitos ou obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, relativas a pagamentos, regularização documental e outras do gênero, que, eventualmente, devam ser exercidas ou cumpridas após o término do referido prazo de vigência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÃO DAS PARTES

9.1. As obrigações da **CONCEDENTE** e da **CONCESSIONÁRIA** são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

10.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. As questões referentes à possíveis causas de rescisão estão descritas no Edital, e na Lei nº 8.666/93.

11.1.2. A Concessionária reconhece o direito da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93;

12. CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1. Considerar-se-á extinto o Contrato ao término do prazo da concessão e, ainda, nas seguintes hipóteses, sempre garantindo a **CONCESSIONÁRIA** o direito de ampla defesa:

a) rescisão unilateral, por inexecução contratual, nos termos dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, ou por inadimplemento das obrigações por parte da **CONCESSIONÁRIA**, nos termos dispostos neste Edital e respectivo Contrato.

b) anulação do presente procedimento licitatório e seu respectivo contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONCEDENTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais

dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS VEDAÇÕES

15.1. É vedado à **CONCESSIONÁRIA**:

- a)** caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b)** interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CONCEDENTE**, salvo nos casos previstos em lei.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

16.1. Este contrato fica vinculado aos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 66/2018.

16.2. São partes integrantes deste contrato o Edital do Pregão Eletrônico nº 66/2018 e anexos, bem como a proposta apresentada pela **CONCESSIONÁRIA**.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A **CONCESSIONÁRIA** é exclusivamente responsável pelos encargos sociais, trabalhistas e tributários que venham a incidir sobre o objeto contratado, bem como os funcionários responsáveis pela execução do contrato.

17.2. A **CONCESSIONÁRIA** deve manter o espaço físico em perfeito estado de conservação, e em boas condições de higiene, para assim restituí-lo com todas as instalações e demais acessórios, quando findo ou rescindido este contrato, sem o direito a retenção ou indenização por benfeitorias ainda que necessárias, as quais ficarão a ele incorporadas.

17.3. A **CONCESSIONÁRIA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4. As alterações contratuais serão processadas mediante termo aditivo, devidamente justificadas e autorizadas pela **CONCEDENTE**.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à **CONCEDENTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. O foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste contrato será o da Justiça Federal, Subseção de Chapecó/SC.

19.2. E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

....., de..... de 2019.

CONCEDENTE:

Assinatura

CONCESSIONÁRIA:

Assinatura

Testemunha **CONCEDENTE:**

Nome:

CPF:

Assinatura

Testemunha **CONCESSIONÁRIA:**

Nome:

CPF:

Assinatura